

**PARECER JURÍDICO**

SCDOC Nº 5870/2019

VIPROC Nº 10733390/2019

INTERESSADO: Gerência de Recursos Humanos da CEGÁS.

**EMENTA:** Cessão de empregado efetivo da Companhia de Gás do Ceará – Técnico de Processos Organizacionais – para ocupar cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo, símbolo CEASA VI, nível DNS 3, com lotação no Núcleo de Planejamento e Estatística (NUPLE), na Centrais de Abastecimento do Ceará (CEASA) – Com ressarcimento para a origem – Fundamento no Regulamento de Pessoal, no Estatuto Social e no Dec. Estadual nº 32.960/2019. Competência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da CEGÁS.

<b>DOS FATOS</b>
------------------

Trata o presente de uma solicitação da Gerência de Recurso Humanos da CEGÁS, para a análise e emissão de Parecer Jurídico acerca da cessão de Jorge Alexandre de Oliveira Neto, empregado efetivo da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, para ocupar cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo, símbolo CEASA VI, nível DNS3, com lotação no Núcleo de Planejamento e Estatística (NUPLE), na Centrais de Abastecimento do Ceará (CEASA), com ressarcimento para a origem.

Para o exame dos autos, tem-se a documentação a seguir:

- I. À fl. 02, Ofício nº 235/2019 – PRESI, proveniente da Centrais de Abastecimento do Ceará (CEASA), solicitando a cessão do empregado;
- II. À fl. 03, Ofício nº 2505/2019, proveniente da Secretaria do Desenvolvimento Agrário;
- III. Às fls. 04/07, Justificativa exarada pela Gerente de Recursos Humanos da CEGÁS, concluindo pela possibilidade da cessão do empregado, nos seguintes termos:

*“ Trata a presente de uma solicitação da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA/CE, acerca da Cessão do empregado Sr. JORGE ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETO, que ingressou na Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, em 14/06/2018, para ocupar o Emprego Efetivo de Técnico de Processos Organizacionais, para o qual foi aprovado no Concurso Público, por meio de Edital nº 001/2016, de 18 de novembro de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado em 28 de novembro de 2016.*

*No dia 27 de novembro de 2019, o Diretor Presidente da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA/CE, Sr. Maximiliano César Pedrosa Quintino de Medeiros, encaminhou o Ofício Nº 235/2019, requerendo a cessão do empregado da CEGÁS, Sr. Jorge Alexandre de Oliveira Neto, Técnico de Processos Organizacionais, com fundamento no Decreto Estadual Nº 32960 de 13 de fevereiro de 2019, solicitando a cessão por 02(dois) anos, com ressarcimento para a origem, onde exercerá o Cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo – símbolo VI, com lotação no Núcleo de Planejamento e Estatística – NUPLE.*

*No dia 28 de novembro de 2019, o Secretário do Desenvolvimento Agrário, Francisco de Assis Diniz, encaminhou o Ofício SEC Nº 2505/2019, juntamente com o processo Nº 10733390/2019, onde consta o Ofício Nº 235/2019 reafirmando o interesse da CEASA na Cessão do Empregado Jorge Alexandre de Oliveira Neto.*

*(...)*

*Concluimos, então, que existe previsão legal para que esta Companhia aprove a cessão com ressarcimento do empregado acima mencionado, nos termos do Ofício ora encaminhado pela CEASA.*

*Em anexo, segue a planilha de reembolso da Cessão do empregado Jorge*



Alexandre de Oliveira Neto elaborada pela Gerência de Recursos Humanos da CEGÁS, nos termos do regime trabalhista em que se enquadra o empregado a ser cedido, e ainda atendendo as obrigações prevista no ACT para que a CEASA possa ressarcir à CEGÁS.

O valor anual da cessão será de R\$ 92.836,33 (noventa e dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos), conforme anexo, ressaltando ainda que a ausência do empregado cedido não causará nenhum prejuízo à Companhia.

Para que haja cessão de empregado, além de cumpridas todas as formalidades legais, e o reembolso integral dos salários e encargos, tem que haver “conveniência para a administração da Companhia aprovar cessão”, ou seja, as seguintes condições atendidas simultaneamente:

a) o empregado pode ser cedido sem causar nenhum problema de falta de mão de obra, ou seja, as atividades por ele executadas poderão ser absorvidas por outros empregados; e

b) a cessão trará benefícios para a Companhia, ou seja, o cargo a ser ocupado pelo empregado no órgão cessionário ser relevante e estratégico.

Identificamos que existem as duas condições acima, tendo em vista que as atividades exercidas pelo empregado a ser cedido poderão ser redistribuídas com os colaboradores da Assessoria de Comunicação e Marketing, vinculada a Diretoria da Presidência.”

- IV. Às fls. 08/09, Ficha de registro do empregado cuja cessão foi solicitada;
- V. Às fls. 10/11, Decreto Estadual nº 32.960/2019, que dispõe sobre a cessão de servidores da administração pública estadual;
- VI. À fl. 12, Planilha informativa de valores;
- VII. Às fls. 13/34, Cópia do Regulamento de Pessoal da CEGÁS;
- VIII. Às fls. 35/43, cópia do Estatuto Social da CEASA/CE;
- IX. Às fls. 44/49, Termo de Cessão a ser firmado entre as partes.

Foram os fatos.

Passamos à análise.

#### DO DIREITO

## 1. DA ANÁLISE PRELIMINAR

### 1.1. Da Natureza Jurídica da CEGÁS.

Antes de verificar o mérito da questão, insta discorrer sobre a natureza institucional da CEGÁS, sob a ótica estritamente legal, uma vez que a consideração de seu regime auxilia no balizamento de seus entendimentos institucionais internos e externos.

Nessa senda, estabelece a Constituição Federal ao tratar do regime jurídico das empresas públicas e sociedades de economia mista:

**“Art. 173.** Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

[...]

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;”

A Concessão, que tem como Concedente o Governo do Estado do Ceará e de outro lado a Concessionária, Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, tem por objeto:

### **“CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO, PRAZO E ÁREA**

1. O CONCEDENTE, pelas atribuições outorgadas mencionadas, concede à CONCESSIONÁRIA os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás, por meio de



canalizações, a todo e qualquer consumidor ou dos segmentos industrial, comercial, institucional e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade.

(...)

**1.2** - A exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, se dará em todo o Estado do Ceará, única e exclusivamente pela CONCESSIONÁRIA.”

Aduz ainda o Contrato de Concessão, em sua Cláusula Oitava:

**“8.1. À CONCESSIONÁRIA é concedida plena autonomia econômica, técnica, administrativa e financeira, para o regular desenvolvimento da atividade concedida.”**

Portanto, trata-se de pessoa jurídica de direito privado com autonomia, gerenciamento e capital próprio, entendimento este baseado no Contrato de Concessão e consolidado na **Lei Federal nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico** da empresa pública, **da sociedade de economia mista** e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Lei de Responsabilidade das Estatais), *in verbis*:

**“Art. 4º** Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

(...)

**Art. 6º** O estatuto da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias deverá observar regras de governança corporativa, de transparência e de estruturas, práticas de gestão de riscos e de controle interno, composição da administração e, havendo acionistas, mecanismos para sua proteção, todos constantes desta Lei.”

A CEGÁS, observados os normativos supramencionados, disciplina o relacionamento interno e externo da sociedade através do Estatuto Social, o qual preceitua expressamente:

**“Art. 1º - A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, constituída com base na Lei Estadual nº 12.010, de 05/10/92, é uma sociedade de economia mista do Estado do Ceará, **que se regerá por este Estatuto, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie.**”**

Logo, o Estatuto rege a empresa de economia mista, definindo as regras a serem cumpridas, disciplinando a estrutura da Governança Corporativa, transparência, boas práticas de gestão, a hierarquia, competência, estrutura de controles internos, no intuito de proteger os acionistas, bem como o patrimônio da empresa.

Além do Regimento de Pessoal da CEGÁS, que no art. 4º define o seu objetivo, dispondo:

**“Art. 4º. O presente Regulamento dispõe sobre as relações trabalhistas na Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, definindo direitos, deveres e obrigações, em estrita observância aos dispositivos legais previstos na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e legislações complementares, Estatuto Social e Normas próprias da Companhia aprovadas pelas instâncias societárias da Companhia.”**

## **2. DO MÉRITO DA SOLICITAÇÃO**

A Diretoria Executiva da CEGÁS propõe a cessão do empregado efetivo, Sr. Jorge Alexandre de Oliveira Neto, empregado efetivo da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, para ocupar cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo, símbolo CEASA VI, nível DNS3, com lotação



no Núcleo de Planejamento e Estatística (NUPLE), na Centrais de Abastecimento do Ceará (CEASA), com ressarcimento para a origem.

Segundo o art. 29 do Regulamento de Pessoal da CEGÁS, a cessão “é o remanejamento do Empregado pertencente ao quadro da CEGÁS para ocupar cargo na estrutura organizacional de um Órgão/Entidade pertencente a um de seus acionistas”.

Assim, a cessão de empregado efetivo é possível, desde que observado o disposto nos artigos constantes da Seção III, do Regulamento de Pessoal da Companhia.

Conforme o artigo 30 do Regulamento, os pedidos de cessão deverão ser precedidos de expressa autorização do Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, consta da norma interna vedações expressas para a cessão, constantes dos artigos 32 e 33 do Regulamento, que dispõe:

**Art. 32.** É vedada a cessão de Empregado contratado por livre provimento pela CEGÁS para ocupar Cargo/Emprego em comissão, assim como, de Empregado pertencente ao quadro efetivo da Companhia, salvo, apenas em relação a este último, nos casos expressamente previstos na legislação pertinente.

**Parágrafo único** – as cessões autorizadas serão sempre realizadas sem ônus para a CEGÁS e com ônus para o cessionário.

**Art. 33.** É vedada a cessão do Empregado quando:

- I) O mesmo estiver lotado em unidade com deficiência de pessoal;
- II) O mesmo possuir qualificação técnica indispensável para a Companhia; e
- III) O mesmo estiver respondendo a processo administrativo.

Ademais, o Decreto Estadual nº 32.960/2019, assim determina:

Art.9º As cessões de que trata este Decreto, se autorizadas, deverão ocorrer: (...)

II – COM RESSARCIMENTO PARA A ORIGEM, na hipótese de cessão:

(...)

c) de empregados públicos das Sociedades de Economia Mista para Autarquias que possuam receita própria;

E ainda:

Art. 2º. Para fins deste Decreto, considera-se:

VI – cessão com ressarcimento: cessão que importa em restituição ao cedente das parcelas da remuneração ou salário, já incorporada à remuneração ou salário do cedido, de natureza permanente, encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias e adicional de um terço, inclusive gratificação de desempenho, quando a lei permitir;

Ocorre que, por ser a CEGÁS uma empresa estatal, seus empregados são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ficando obrigada a cumprir com o determinado no Acordo Coletivo de Trabalho.

Fato este que nos leva a concluir que, sem ter uma interpretação literal, é possível a aprovação da cessão tendo em vista que não se pode excluir o regime trabalhista do empregado público ou querer por omissão do Decreto, considerar um texto exclusivo ao servidor público.

Desta forma, em razão do Decreto permitir a cessão do empregado público, conclui-se pela possibilidade do ressarcimento de todos os benefícios a que são cabíveis ao CEDIDO, com ressarcimento pelo CESSIONÁRIO ao CEDENTE.

Acrescente-se que o Regulamento de Pessoal e o Estatuto Social da Companhia não preveem a cessão temporária em caráter excepcional, razão pela qual caberá ao Conselho de Administração a deliberação acerca da omissão, conforme disposição no Art. 15, inciso XXVII, do Estatuto Social da CEGÁS.



## CONCLUSÃO

Isto posto, considerando os fundamentos jurídicos apresentados e o que mais dos autos consta, esta Assessoria Jurídica, por sua vez, entende pela possibilidade da cessão do empregado efetivo da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, para ocupar cargo de Direção e Assessoramento de provimento em comissão de Supervisor de Núcleo, símbolo CEASA VI, nível DNS3, com lotação no Núcleo de Planejamento e Estatística (NUPLE), na Centrais de Abastecimento do Ceará (CEASA), com ressarcimento para a origem, desde que atendidas as exigências contidas no Regulamento de Pessoal da CEGÁS e no Decreto Estadual nº 32.960/2019.

Ressalte-se que a solicitação deverá seguir o trâmite determinado pelo art. 31 do Regulamento de Pessoal da CEGÁS. Outrossim, por se tratar de situação omissa, conforme determinação do Art. 15, inciso XXVII, do Estatuto Social da Companhia, o feito deverá ser encaminhado ao Conselho de Administração. E que, conforme previsão do Art. 7º, inciso XI, deverá o instrumento de cessão ser encaminhado para autorização da Assembleia Geral.

É o parecer,

S.M.J.

Fortaleza, 06 de janeiro de 2020.

  
**GEOVANA FRÓES**  
**ASSESSORA JURÍDICA**